



Comissões têm até quinta para apresentar emendas à LDO

Cada comissão permanente pode sugerir até duas emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. Após entrega das emendas, CMO volta a analisar o parecer

As comissões permanentes devem escolher ao longo da semana as emendas que vão apresentar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. Cada comissão pode apresentar até duas emendas. O prazo final para entrega das sugestões à Comissão Mista de Orçamento é quinta-feira, às 18h.

Em seguida, a CMO vota o parecer final ao projeto, do deputado Cacá Leão. O parecer preliminar foi analisado na terça-feira da semana passada. Caso aprovado, o parecer segue para votação em sessão conjunta do Congresso. **3**



Relator, deputado Cacá Leão, e presidente da CMO, senador Marcelo Castro, em reunião na semana passada para votação do parecer preliminar ao projeto da LDO

Waldemir Barreto/Agência Senado — 25/6/2019

ARQUIVO **S**



Estudantes do Rio de Janeiro protestam em 1968 pedindo que o governo abra mais vagas nas universidades

Em 1968, MEC passa a apoiar faculdade privada

Diante da pressão dos vestibulandos que não encontravam vagas suficientes nas universidades públicas, a ditadura militar fez em 1968 uma reforma no ensino superior que deu à iniciativa privada o domínio do mercado.

Costa e Silva determinou que se facilitasse o credenciamento de faculdades particulares e se dessem incentivos financeiros aos empresários do setor. Até então, a maior parte das vagas estava nas universidades públicas. **4**

Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã

Comissão analisa 3 projetos para combater *stalking* com mais rigor

Proposta para aumentar a pena em casos de *stalking* está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça. Nesse tipo de violência, a vítima é perseguida, tem a privacidade

invadida por ligações, mensagens ou boatos publicados na internet. No mesmo colegiado há dois projetos que tipificam o *stalking* como crime, em vez de contravenção penal. **3**



Texto de Rose de Freitas prevê adoção da Lei Maria da Penha se vítima for mulher

Marcos Oliveira/Agência Senado — 15/5/2019

Pacote anticrime é tema de encontro entre Davi e Moro

Pacote anticrime e outras propostas de segurança pública foram o foco do café da manhã, na sexta-feira, entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o ministro da Justiça, Sergio Moro.

Segundo Davi, eles conversaram sobre criminalização do uso do caixa dois, medidas contra a corrupção e o crime organizado e novas competências às Justiças comum e Eleitoral. **2**

Visão monocular é assunto de audiência hoje

A Comissão de Direitos Humanos discute hoje a proposta que classifica a visão monocular como deficiência visual, garantindo os mesmos direitos das pessoas com deficiência. **3**

Demissão de servidor será debatida amanhã

Projeto que prevê a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor estável será assunto de debate amanhã na Comissão de Assuntos Sociais. **3**

Conselho discute uso de Libras em debate eleitoral

O Conselho de Comunicação Social se reúne hoje para analisar relatórios, como o do projeto que obriga o uso simultâneo da Língua Brasileira de Sinais e legendas em programas eleitorais. **2**



Autor do requerimento da sessão especial, Izalci Lucas (à mesa, centro), comanda homenagens no Plenário

Aviação de segurança pública é homenageada

Comemorado em 29 de junho, o Dia Nacional da Aviação de Segurança Pública foi lembrado em sessão especial no Plenário. Participantes destacaram o papel de apoio nas funções de segurança pública

COM EXPOSIÇÃO DE helicópteros no gramado em frente ao Congresso e presença maciça de policiais e bombeiros no Plenário, o Senado comemorou o Dia Nacional da Aviação de Segurança Pública em sessão especial na sexta-feira.

Autor do requerimento de homenagem, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) resumiu a longa trajetória da atividade no Brasil e seu apoio no desempenho das funções de segurança

pública. Ele cumprimentou em especial os integrantes da frota de aviação do Distrito Federal, a maior entre as unidades federativas:

— A aviação de segurança pública merece toda a nossa reverência pelo trabalho de excelência que desempenha hoje. São homens e mulheres que recebem a admiração e o orgulho da população.

A deputada Policial Katia Sastre (PL-SP) lembrou os 12 anos em que conheceu

de perto o trabalho aéreo da corporação e louvou a qualidade do serviço e a perícia dos pilotos. Já o auditor-fiscal de Operações Aéreas da Receita Federal Ricardo La Cava afirmou que o uso de helicópteros pela instituição, iniciado em 2007, melhorou a vigilância de fronteiras, possibilitando grandes apreensões de cargas ilegais.

— Se a Justiça não tiver meios de impor sua decisão, ela é débil.



Davi discutiu com Moro e Bezerra MP sobre venda de apreensões do tráfico

Davi conversa com Moro sobre projetos de combate ao crime

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, recebeu para um café da manhã, na sexta-feira, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE). Davi explicou que o pacote anticrime, em análise no Senado, foi uma das medidas debatidas.

— Falamos sobre a crimina-

lização do uso do caixa dois em eleições, medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência e sobre novas competências às Justças comum e eleitoral — disse.

Eles também trataram da MP 885/2019, sobre a venda de bens apreendidos em ações de combate ao tráfico de drogas.

Conselho de Comunicação Social deve analisar uso de Libras na TV

O Conselho de Comunicação Social se reúne hoje às 10h, para avaliar relatórios. Um deles, a cargo de Murillo de Aragão, trata do projeto que obriga o uso simultâneo da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da legenda em programas eleitorais, debates e quaisquer informações a propósito das candidaturas veiculados na televisão no período de propaganda eleitoral gratuita (PL 4.537/2018).

Também na pauta, a apresentação do plano de trabalho do estudo sobre liberdade de imprensa pedido por Eliziane Gama (Cidadania-MA).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Pessoa com visão monocular
9h Audiência sobre o PL 1.615/2019, que assegura à pessoa com visão monocular os mesmos direitos previstos na legislação para a pessoa com deficiência.

CCS Uso de Libras na TV
10h Entre 6 itens, relatório sobre o PL 4.537/2018, que trata do uso da Língua Brasileira de Sinais na TV.

SESSÃO ESPECIAL 50 anos da Feevale
10h Comemoração dos 50 anos da Universidade Feevale.

CAE Transporte de cargas
13h Audiência em Goiânia para debater o PLC 75/2018, que estabelece novo marco regulatório do transporte de cargas.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Discursos e avisos da Mesa.

TERÇA

CDH Previdência
9h Audiência para debater a CPI da Previdência e reforma previdenciária.

MP 882/2019 Parcerias e investimentos
9h Audiência com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas.

CAE Emendas
10h Análise das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. Após, sabatina para o Banco Central.

PLENÁRIO Premiação
10h Diploma José Ermírio de Moraes.

CE Emendas
11h Entre 27 itens, o PLS 302/2017, que isenta premiações artísticas do Imposto de Renda. Após, emendas à LDO.

CI Emendas
11h O PLS 253/2016, que incentiva energia renovável em prédios públicos, é um dos 6 itens. Depois, emendas à LDO.

CPI DE BRUMADINHO Relatório
13h Apresentação do relatório final.

CCJ Sabatinas
13h30 Sabatinas para o CNJ e para o TST.

CAS Perda de cargo de servidores
14h30 Audiência para discutir o PLS 116/2017, que prevê a perda de cargo de servidor por insuficiência de desempenho.

MP 879/2019 Gastos da Eletrobras
14h30 Análise de requerimentos.

QUARTA

CDR Acessos de barracas às praias
9h Audiência para debater limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados. Depois, pauta de 7 itens, entre eles, o PLC 64/2018, que trata da prática do naturismo. Após, emendas da comissão à LDO 2020.

QUINTA

CAS Bolsa Família
9h30 Emendas da LDO. Após, votação de projetos, entre eles o que destina Bolsa Família para crianças e adolescentes em abrigos.

CCJ Telemarketing
10h Emendas à LDO. Após, a comissão pode votar projeto que obriga empresas de telemarketing a manter gravações de chamadas telefônicas por 180 dias.

CCT Direitos autorais
10h Emendas à LDO. Em seguida, a comissão vota projetos, entre eles o que isenta hotéis e igrejas do pagamento de direitos autorais pelo uso de músicas.

CRA Café de qualidade
11h Emendas à LDO. Após, reunião deliberativa. Entre os projetos, o que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade.

SESSÃO SOLENE Emenda 101
11h Promulgação da Emenda Constitucional 101/2019, que autoriza acúmulo de cargos por militares dos estados e do Distrito Federal.

CMA Apresentação de emendas
13h Emendas à LDO.

CONGRESSO Crédito suplementar
14h Sessão conjunta do Congresso Nacional, com cinco itens em pauta, dos quais três abrem créditos para órgãos do Executivo e Judiciário.

ESPORTE Plano nacional
14h A Subcomissão de Esporte e Educação Física debate o Plano Nacional de Esporte.

SEXTA

CCJ Armas
9h Audiência pública para debater o registro, posse e porte de armas, com a participação de policiais federais e representantes de ONGs.

CDH Veículo para deficientes
9h Entre os itens em pauta, o PLS 195/2011, que obriga autoescolas a disponibilizar veículo adaptado para pessoas com deficiência.

MP 882/2019 Parceria de investimento
9h Audiência com a participação de representantes do Ministério da Infraestrutura e do BNDES.

SESSÃO SOLENE Cooperativas
9h Sessão solene destinada a homenagear 50 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

SESSÃO ESPECIAL Bombeiro militar
14h Sessão especial destinada a comemorar o Dia do Bombeiro Militar.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Emendas à LDO devem ser apresentadas até quinta

Após o prazo para emendas das comissões, a CMO voltará a analisar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. Em seguida, o texto deve ser votado em sessão conjunta da Câmara e do Senado

COMISSÕES PERMANENTES DO Senado vão escolher, ao longo da semana, as emendas que vão apresentar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020. É na proposta (PLN 5/2019) que será baseada a elaboração da Lei Orçamentária do ano que vem. Cada comissão pode apresentar até duas emendas.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota suas emendas amanhã, às 10h. O relator é o senador Otto Alencar (PSD-BA). No mesmo dia, às 11h, é a vez da Comissão de Infraestrutura (CI). O relator é o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Também amanhã, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vota emendas logo após a reunião deliberativa ordinária que começa às 11h. O senador Confúcio Moura (MDB-RO) é o relator.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) escolhe as emendas na quarta-feira, às 9h30. O relator é o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN). Em seguida, às 10h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vota sugestões à LDO 2020. O relator é o senador Paulo Rocha (PT-PA). No mesmo dia, às 11h, acontece a reunião da Comissão de Agricultura (CRA), onde o relator é o senador Lasier Martins (Podemos-RS).

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) também escolhe



Parlamentares devem votar o parecer final ao PLN na próxima semana

emendas na quarta-feira, às 13h. O senador Jean Paul Prates (PT-RN) é o relator. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) faz reunião no mesmo dia, após sua reunião das 9h. A relatoria é de Izalci Lucas (PSDB-DF).

O parecer preliminar da LDO foi aprovado na terça-feira da semana passada na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O prazo final para a sugestão de emendas é quinta-feira, às 18h.

Lei orientadora

A LDO é uma lei de vigência anual que orienta a elaboração da proposta orçamentária e a execução do Orçamento no ano seguinte.

Além da meta fiscal, a norma traz regras sobre as ações prioritárias do governo, sobre transferência de recursos federais para estados, Distrito Federal e municípios e para o setor privado e sobre a fis-

calização de obras executadas com recursos da União, entre outras.

O texto em análise prevê que o salário mínimo será reajustado para R\$ 1.040 no próximo ano, sem ganho real (correção apenas pela inflação). Em relação ao valor atual (R\$ 998), o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para os dois anos seguintes, a proposta sugere que a correção também seguirá apenas a variação do INPC.

Em relação à meta fiscal, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo federal, que abrange as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. A meta para este ano é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

Com Agência Câmara

Projetos de lei tratam da prática de perseguição

Projeto de lei que pune a prática de perseguição, ou *stalking*, está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PL 1.414/2019, de Rose de Freitas (Podemos-ES), atualiza a Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei 3.688, de 1941) para aumentar a pena em casos de *stalking*. O termo em inglês se refere a um tipo de violência em que a vítima tem a privacidade invadida por ligações telefônicas, mensagens eletrônicas ou boatos publicados na internet.

O texto em vigor prevê prisão de 15 dias a 2 meses ou o pagamento de multa para quem “molestar alguém ou lhe perturbar a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável”. A proposta de Rose de Freitas eleva a pena para dois a três anos, sem possibilidade de conversão em multa. Além disso, a proposição amplia o conceito da contravenção.

Fica sujeito à prisão quem “molestar alguém, por motivo reprovável, de maneira insidiosa ou obsessiva, direta ou indiretamente, continuada ou episodicamente, com o uso de quaisquer meios, de modo a prejudicar sua liberdade e sua autodeterminação”.

O texto prevê a adoção de providências previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) se a vítima for mulher. O juiz pode aplicar medidas protetivas contra o agressor, como a suspensão da posse ou restrição do porte de armas e o afastamento da pessoa agredida.

Criminalização

Outros dois projetos que tramitam na CCJ abordam o tema da perseguição, tipificando-a como crime, em vez de contravenção penal.

O PL 1.642/2019, de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), e o PL 1.369/2019, de Leila Barros (PSB-DF), alteram o

Código Penal e explicitam como crime perseguir ou assediar outra pessoa de forma insistente, seja por meio físico ou eletrônico, provocando medo na vítima e perturbando sua liberdade.

Segundo a proposta do senador, a pena aplicada seria reclusão, de um a três anos, e multa. Caso a vítima seja mulher, poderão também ser adotados os instrumentos previstos na Lei Maria da Penha.

Já o texto da senadora prevê uma pena menor, de seis meses a dois anos ou multa, que pode aumentar caso a perseguição seja feita por mais de uma pessoa, caso haja o uso de armas e se o autor for íntimo da vítima. O projeto obriga autoridade policial a informar, com urgência, ao juiz, quando for instaurado inquérito sobre perseguição, para que ele possa definir a necessidade de determinar medidas protetivas.

Audiência debate classificação de cego de um olho como deficiente

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje, às 9h, o projeto que classifica a visão monocular como deficiência visual e assegura à pessoa que enxerga com apenas um olho os mesmos direitos e benefícios garantidos à pessoa com deficiência. O PL 1.615/2019 também garante a implantação da prótese.

O relator do projeto, Flávio Arns (Rede-PR), quer ouvir a opinião de especialistas sobre a iniciativa, de autoria de Rogério Carvalho (PT-SE), Rose de Freitas (Podemos-ES), Wellington Fagundes (PL-MT) e Otto Alencar (PSD-BA).

Caso aprovada, a nova norma será denominada Lei Amália Barros, em homenagem à jornalista e militante dos direitos dos deficientes monoculares. Ela perdeu a visão de um olho aos 20 anos, por complicações da toxoplasmose. Amália defende que as pessoas com

visão unilateral apresentam limitações médicas, psicossociais, educacionais e profissionais, são alvos de discriminação e precisam ser reconhecidas como pessoas com deficiência.

Para o debate, foram convidados o representante da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Volmir Raimondi, advogados, oftalmologistas e dirigentes de entidades de deficientes visuais.



Para Flávio Arns, opinião de especialistas é importante

Colegiado discute demissão de servidor com mau desempenho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza amanhã, às 14h30, audiência sobre o projeto que prevê a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor estável.

Da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o PLS 116/2017 regulamenta o inciso da Constituição que determina que o servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei

complementar, assegurada ampla defesa.

A relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT), apresentou voto favorável a projeto na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Foram convidados o assessor parlamentar da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Neuriberg Dias, o secretário especial de Desburocratização, Paulo Uebel, e representante dos servidores públicos.

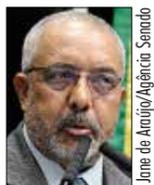
Izalci destaca que satélite começa a levar internet à zona rural

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou na sexta-feira, em Plenário, a importância do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, principalmente para a zona rural. O senador informou que o satélite já leva sinal de internet para as áreas mais remotas do país. Izalci lembrou que o satélite está no espaço desde 2017, mas somente agora começou a operar, ao conectar 3,7 mil escolas da rede pública à internet. De acordo com ele, mais de 1,2 milhão de alunos, especialmente os da zona rural, estão sendo beneficiados. O sinal de internet é usado para dar apoio ao resgate de vítimas de tragédias, como a de Brumadinho.

Paim elogia coleta de lixo eletrônico em Santa Maria (RS)

Paulo Paim (PT-RS) elogiou na sexta-feira o Programa de Coleta Seletiva de Lixo Eletrônico e Tecnológico, instituído em Santa Maria (RS).

— Em época em que o meio ambiente não é valorizado e com a responsabilidade devida, em que os governantes descartam o meio ambiente, índice altíssimo de desmatamento e poluição das nossas águas, ver proposições como essa, de um programa que parece simples, mas muito importante, da coleta seletiva do lixo eletrônico e tecnológico só nos enche de alegria pela iniciativa do povo não só de Santa Maria — disse.



Em 1968, governo passou a priorizar faculdade privada

Ditadura militar foi pressionada pelos “excedentes” dos vestibulares a multiplicar vagas do ensino superior. Sem verbas para ampliar federais, optou por facilitar a liberação de novos cursos particulares

Ricardo Westin

NO MÊS PASSADO, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o governo fará o ensino superior crescer por meio das faculdades particulares. O anúncio veio logo após o ministério congelar uma parcela do orçamento das universidades federais e enfrentar protestos estudantis em várias cidades.

As instituições privadas respondem hoje por 75% das matrículas no ensino superior. Por décadas, contudo, foram as públicas que sustentaram o setor. Isso mudou no fim de 1968, quando a ditadura militar fez uma reforma universitária que, entre outras mudanças, deu o domínio do mercado à iniciativa privada.

A opção pelas faculdades particulares foi a resposta dos generais à incômoda pressão dos “excedentes” — jovens que obtinham boas notas nos vestibulares das universidades públicas, mas não eram convocados porque não havia vagas suficientes.

Para ser considerado aprovado, o vestibulando precisava tirar nota superior a 5. Assim, um curso com 100 vagas poderia ter, por exemplo, 180 aprovados. Nessa situação, 80 jovens viravam excedentes.

Documentos de 1968 guardados no Arquivo do Senado mostram que senadores da Arena (governista) e do MDB (oposicionista) cobravam uma solução do presidente Arthur da Costa e Silva.

— O espetáculo da nossa mocidade à porta das faculdades, procurando entrar e sendo barrada, é um atestado da desorganização do governo — discursou o senador Arthur Virgílio (MDB-AM).

— O problema do excedente é absurdo num país que precisa de engenheiros, médicos, biólogos, químicos — criticou Vasconcelos

Torres (Arena-RJ).

— Tenho em minha própria casa um filho que fez o exame vestibular para o curso de medicina e está hoje, com dezenas de outros rapazes, preterido por falta de vaga — exemplificou Argemiro de Figueiredo (MDB-PB).

Os estudantes passaram o ano de 1968 fazendo passeatas. Não só pediam a queda da ditadura militar, mas também cobravam mais vagas nas universidades, para acabar com o drama dos excedentes. O governo reprimiu muitas das manifestações com violência.

Em 1960, o Brasil tinha só 100 mil vagas em cursos de graduação, sendo 60% públicas e 40% privadas. Menos de 1% dos jovens entravam na universidade. Apenas cinco anos depois da reforma de 1968, as porcentagens já haviam se invertido: 40% das vagas eram públicas e 60%, privadas. Hoje há 8,2 milhões de vagas na graduação e a predominância do setor privado está ainda mais pronunciada, na proporção 75%-25%.

“Esmola”

Em 1968, o crescimento massivo das universidades públicas estava fora de cogitação. Com dificuldades orçamentárias, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) vinha retendo verbas destinadas às federais.

— Esse abandono não é por acaso — disse o senador Mário Martins (MDB-Guanabara). — Há um plano para tornar impossível o funcionamento das faculdades federais. Para quê? Para transformá-las em fundações, para que o capital privado possa interferir.

Para alguns senadores, o culpado pela existência dos excedentes era o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão vinculado ao MEC e encarregado de credenciar



Na posse do marechal Costa e Silva, em 1967, excedentes dos vestibulares pedem mais vagas nas universidades

faculdades e liberar cursos.

Vasconcelos Torres lembrou que o CFE havia começado o ano de 1968 sem dar resposta a 300 pedidos apresentados no ano anterior:

— Escravizamos o ensino brasileiro ao poder arbitrário e pessoal do CFE. Humilmente, como quem vai implorar uma esmola, brasileiros de todos os quadrantes do país acorrem ao conselho a fim de solicitar a autorização para um curso. Preenchido um mundo de formalidades, começa a batalha. Mês após mês, com enormes gastos de transporte e hospedagem no Rio, voltam ao CFE para saber da autorização. A demora pode chegar a cinco anos. Em 1967, o CFE autorizou menos escolas do que em 1966.

O senador Eurico Rezende (Arena-ES), que pouco antes havia obtido o aval do CFE para abrir a primeira faculdade privada de Brasília, discordou da avaliação do colega:

— O Conselho Federal de Educação, ao revés do que afirma Vossa Excelência, tem cumprido as suas tarefas e obrigações. Conceder autorização é colaborar com o ensino, mas negar esses atos também é colaborar com o ensino. É o que se verifica aqui no Senado quando se aprova ou se rejeita um projeto de lei. Não se diz que estamos

EXCEDENTES DE SP ACAMPAM EM FRENTE À ESCOLA POR VAGAS

SÃO PAULO (Sucursal) — Os 35 alunos excedentes do curso de psicologia da Faculdade de Filosofia da USP

Jornal notícia em 1968 protesto de excedentes da Universidade de São Paulo

desservindo ao país quando rejeitamos uma proposição.

Torres respondeu:

— Vossa Excelência não pode comparar os problemas do Senado com os do conselho. Mas por que tal empenho em não dar autorizações? O CFE é constituído de reitores de universidades e diretores de escolas. O Fundo do Ensino Superior é distribuído a elas. Aumentando o seu número, ficará diminuída a parcela tocada a cada uma. Então os conselheiros reagem, solidarizam-se na defesa do interesse comum.

CPI da educação

Em julho de 1968, o presidente Costa e Silva criou uma comissão de especialistas que, depois de 30 dias de trabalho, propôs uma ampla reforma universitária. O governo transformou algumas das sugestões em decretos-leis, com vigência imediata, e outras em projetos de lei, que o Congresso foi obrigado a aprovar a toque de caixa.

Nessa reforma universitária, o governo solucionou a questão dos excedentes por meio de três expedientes. O primeiro foi acabar com a nota mínima para aprovação no vestibular e estabelecer que só seriam aproveitados os candidatos em número igual ao das vagas abertas nos editais. O segundo expediente foi conceder empréstimos e isenções fiscais a empresários

que desejassem abrir faculdades. O terceiro foi ordenar que o CFE afrouxasse as exigências e fosse mais rápido ao analisar os pedidos de novas faculdades e cursos.

Assim, além de acalmar os protestos estudantis, a ditadura atingiu os objetivos de manter o apoio da classe média (que via o diploma como caminho para a ascensão social), dinamizar o mercado educacional privado e fornecer mão de obra para a crescente indústria nacional.

O efeito colateral foi logo sentido. Em 1980, a Câmara criou uma CPI para apurar as deficiências do ensino privado. Um dos chamados a colaborar foi o senador João Calmon (PDS-ES), que tinha a educação entre as prioridades parlamentares. Ele resumiu:

— Houve uma expansão desordenada. Boa parte das instituições criadas no rush de 1968 reconhecidamente não apresenta condições para ministrar um ensino de qualidade ao menos razoável. Não dispõem sequer de bibliotecas adequadas, para não falar de professores capacitados. Além disso, há uma inadequação entre a oferta de ensino superior e a demanda da sociedade. Estamos formando profissionais demais em áreas como direito, história, letras, engenharia e medicina. Há um novo tipo de excedente: os profissionais, sérios candidatos ao desemprego.

Arquivo do Senado

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, se o Ministério está tomando alguma providência no sentido de que sejam aproveitados os excedentes aprovados nos vestibulares realizados pelas Universidades Federais?

Sala das Sessões, em 2 de março de 1967

SENADOR VASCONCELOS TORRES

Requerimento apresentado por senador pede que ministro explique medidas do MEC para aproveitar excedentes